

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014

(Do Senhor Eduardo Barbosa)

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a fazer um balanço dos dez anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), e ainda identificar alternativas para cessar com o tráfico de cidadãos haitianos, com o tratamento desumano que eles recebem, bem como encontrar meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos.

Senhor Presidente:

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a fazer um balanço dos dez anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), e ainda identificar alternativas para cessar com o tráfico de cidadãos haitianos, com o tratamento desumano que eles recebem, bem como encontrar meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos. Para tanto, sugere-se convidar representantes dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, do Trabalho e da Justiça, além de entidades de defesa dos direitos humanos.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 1º de junho, o Brasil completa dez anos de presença militar à frente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Por mandato da ONU, o Brasil tem comandado as tropas de 21 países e se destacou por uma postura humanista dos seus soldados que buscaram a aproximação com o povo haitiano, acostumado, até então, às sucessivas intervenções militares impostas ao país.

Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução 1542, autorizou a criação da MINUSTAH para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide, com um efetivo de 6.700 militares.

Há dez anos, os objetivos da missão haviam sido definidos com prioridade para a estabilização do país a saber: pacificação e desarmamento dos grupos guerrilheiros e rebeldes; promoção de eleições livres, transparentes e informadas; e estruturação do desenvolvimento institucional e econômico do Haiti, entre outros.

A missão aterrisou literalmente naquele país em 1º de junho de 2004 e era chefiada pelo diplomata tunisiano Hédi Annabi, que faleceu em 12 de janeiro de 2010, por ocasião do terremoto que vitimou mais de 300 mil pessoas. A tragédia acometeu o Haiti quando mudanças estruturais já eram percebidas.

Em outubro do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU se viu obrigado a ampliar o mandato da MINUSTAH incluindo o aumento dos contingentes militar e policial.

Atualmente, Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Canadá, Camarões, Chade, China, Colômbia, Chile, Croácia, Equador, Espanha, El Salvador, Estados Unidos, França, Filipinas, Granada, Guiné, Guatemala, Índia, Iêmen, Jordânia, Madagascar, Marrocos, Maurício, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Romênia, Rússia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Uruguai, Vanuatu, contribuem com tropas e forças policiais no âmbito da referida missão. Nesse momento, a MINUSTAH conta com 7.980 militares, sendo 5.570 soldados e 2.410 agentes de polícia. Além deles, 365 civis estrangeiros, 1.239 haitianos, e 171 voluntários das Nações Unidas, integram a Missão.

Passados dez anos, é dever do Brasil refletir acerca da sua participação na MINUSTAH, principalmente quando o êxodo de haitianos que cruzam as nossas fronteiras não para de aumentar. Está claro que a Missão da ONU não logrou transformar o Haiti. As pessoas buscam a qualquer preço deixar o país em busca de empregos e segurança, principalmente.

Desde o terremoto, que também desalojou mais de um milhão de pessoas, cerca de 900 haitianos entram ilegalmente no Brasil a cada mês. Com

o objetivo de controlar a situação, o governo brasileiro decidiu ampliar a concessão de vistos para haitianos e facilitar o acesso deles aos serviços públicos de educação, saúde e emprego. De acordo com o ministério das Relações Exteriores, cerca de mil vistos de entrada no País são concedidos a haitianos todos os meses.

Além disso, o Brasil anunciou na semana passada que pretende articular parcerias com os estados que recebem os refugiados, principalmente o Acre, para desafogar as administrações estaduais e municipais no atendimento necessário e humanitário a esses imigrantes. Também foi anunciada a intenção brasileira de ampliar o diálogo com os países usados para o trânsito de haitianos antes de chegarem em território nacional.

Diante da importância que se reveste o tema, proponho a realização de Audiência Pública, com a presença de representantes dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, do Trabalho e da Justiça, além de entidades de defesa dos direitos humanos, com o objetivo de fazer um balanço dos dez anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), e ainda identificar alternativas para cessar com o tráfico de cidadãos haitianos, com o tratamento desumano que eles recebem, bem como encontrar meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos.

Sala da Comissão, 07 de maio de 2014.

Deputado **EDUARDO BARBOSA**
PSDB/MG